

# O JULGAMENTO KAFKAESQUE CONTRA O FUNDADOR DO WIKILEAKS

*Posted on 4. März 2020*

### *Um comentário de Mathias Bröckers.*

Um dia antes do esperado, as audiências sobre a extradição de Julian Assange para os EUA terminaram na quinta-feira. O último dia terminou em uma disputa sobre se o fundador do Wikileaks deveria ser autorizado a acompanhar o processo em um caso de vidro ou no banco com seus advogados. A juíza presidente do Tribunal de Woolwich, Vanessa Baraitser, tinha rejeitado o pedido. De acordo com o juiz, um Julian Assange sentado fora da caixa de vidro à prova de bala destinada a réus severamente violentos representava um "perigo para o público". No entanto, tais declarações não são, de forma alguma, os únicos rostos de assédio de Assange neste julgamento, para o qual o predicado "Kafkaesque" parece muito apropriado - o que o público dificilmente saberia, pois para conseguir um dos nada menos que 16 lugares no auditório você tem que se levantar tão cedo quanto Craig Murray. O antigo diplomata e embaixador sempre fez fila às 6 da manhã para conseguir um dos lugares - é sobretudo graças aos seus relatórios sobre os quatro dias do julgamento que conhecemos o espectáculo deste julgamento, que nos faz lembrar Kafka.

O facto de cada pessoa acusada ter o direito de se defender e à confidencialidade da comunicação com o seu advogado de defesa é um elemento fundamental do sistema legal. Se a um réu não for concedida tal confidencialidade, não pode haver a questão de um julgamento criminal justo. Especialmente não se todas as comunicações entre um réu e seu advogado de defesa forem interceptadas e essas gravações forem passadas para a parte do requerente. Como exatamente isso aconteceu no caso de Julian Assange está sendo investigado atualmente por um tribunal espanhol, contra o fundador da empresa "Undercover Global", que Assange teria espionado na embaixada do Equador e passado os dados para a CIA. A ação, na qual foram registradas as conversas de Assange com seus advogados de defesa, foi financiada pelo grande doador Donald Trumps e pelo bilionário do cassino Sheldon Adelson. Isto foi levantado pela defesa de Assange no primeiro dia da audiência - como um dos argumentos pelos quais a extradição do fundador do Wikileaks deve ser recusada. Isto está excluído se o cliente não puder esperar um devido processo legal perante o tribunal exigindo a sua extradição - o que deve ser assumido se princípios fundamentais como a confidencialidade das discussões dos advogados de defesa já tiverem sido flagrantemente violados antecipadamente.

Extradição também seria excluída se o pedido fosse motivado politicamente. A este respeito, os advogados de defesa apresentaram provas mostrando, entre outras coisas, como o ex-embaixador dos EUA na Alemanha, Richard Grenell, que Trump tinha acabado de nomear chefe dos serviços secretos, puxou os cordelinhos em nome do seu chefe para privar Julian Assange de asilo na

embaixada do Equador. O representante dos EUA fez uma alegação perante o tribunal que, na verdade, foi refutada já em 2014 por uma investigação do próprio Pentágono, a saber, que as vidas de pessoas não envolvidas foram postas em perigo pelas publicações do Wikileaks. No caso contra Chelsea Manning, o Pentágono Geral encarregado da investigação teve que admitir que "nenhum exemplo específico" de tal ameaça ou morte poderia ser dado. Em Londres, o promotor de justiça dos EUA agora também não pode nomear nenhuma pessoa específica que tenha sido realmente prejudicada pelas publicações do Wikileaks. Mas onde não há dano, não há ação judicial, e um tribunal que tem que estabelecer um equilíbrio justo entre o benefício da "escritura" (a publicação dos crimes de guerra) e os danos extremamente inespecíficos neste caso, provavelmente não seria capaz de evitar o arquivamento do caso.

O que nos leva ao dano político que o Wikileaks sem dúvida tem causado, por exemplo, com a publicação do vídeo "Assassinato Colateral" ou dos e-mails do "Congresso Nacional Democrático" (DNC), que revelou a fraude da equipe Clinton contra Bernie Sanders. A imagem do poder mundial EUA e do candidato Clinton, que por sua vez leva aos motivos políticos para perseguir o fundador do Wikileaks como "inimigo público nº 1" e declará-lo um não-jornalista. Para isso, o promotor Lewis argumentou em tribunal que o "Guardian", o "New York Times" e outros ex-sócios do Wikileaks se distanciaram de Assange porque ele havia colocado os cabos diplomáticos do Departamento de Estado dos EUA na rede sem escurecer seus nomes. Esta alegação foi então refutada no terceiro dia da audiência por uma testemunha da defesa, o jornalista da ARD John Goetz, que tinha trabalhado com o Wikileaks na altura para "Der Spiegel" e deixou claro que a senha de acesso aos documentos tinha sido publicada pela primeira vez num livro por dois jornalistas "Guardian" e que os cabos diplomáticos já tinham sido copiados em vários servidores antes do Wikileaks os publicar. E que Assange tinha telefonado imediatamente para o Departamento de Estado dos EUA e os avisou quando soube da publicação da senha.

No terceiro dia da audiência, a questão principal era então se o British Extradition Act de 2003 ou o tratado de extradição concluído entre os EUA e o Reino Unido em 2007 era aplicável. O parágrafo 4.1. deste tratado exclui expressamente a possibilidade de os delitos políticos não conduzirem à extradição. O representante dos EUA e também o juiz argumentaram agora que, neste caso, no entanto, o British Extradition Act de 2003, no qual a "abertura política" não é mencionada como um obstáculo, deveria aplicar-se. Então, para uma extradição para os EUA, o tratado bilateral correspondente deve ser ignorado e a lei interna deve ser aplicada? Essa seria outra linha de punção kafkiana, como aconteceu tragicamente no caso da extradição sueca, quando o juiz da Suprema Corte utilizou a tradução francesa da Lei de Extradição Europeia para decidir a validade

do pedido. Isto só tinha sido emitido pelo Ministério Público mas não por um tribunal sueco e os advogados de Assange tinham argumentado através de três instâncias em vão que um pedido válido tinha de vir de uma "autoridade judicial" (um tribunal) e não de um procurador público. Na tradução francesa, que fala de "autorité judiciaire" mas inclui promotores de justiça, o juiz então argumentou e deferiu o pedido. Foi este absurdo truque legal, que deixou claro que não se tratava de um julgamento comum sob o Estado de direito, mas de um julgamento político, que levou Julian Assange a fugir para a embaixada do Equador. Como as audiências da semana passada mostraram, ele está ameaçado com mais partidas deste tipo do sistema de justiça britânico.

"Alguém deve ter incriminado o Josef K..." - como o romance de Kafka, a perseguição de Julian A. também começou com uma calúnia. O Relator Especial do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Nils Melzer, documentou com sua pesquisa como, após um inquérito de duas mulheres suecas à polícia sobre se e como Assange poderia ser induzido a fazer um teste de AIDS, uma denúncia de estupro foi feita pela polícia durante a noite e apunhalada na imprensa tablóide. Com esta falsa difamação, a campanha de difamação e o questionável processo legal do chefe do Wikileaks começou em 2010, que depois o levou para a prisão de alta segurança Belmarsh em abril de 2019.

Três vezes as duvidosas investigações suecas tinham sido interrompidas e reabertas. "Não se atreva a ficar com os pés frios agora", as autoridades judiciais britânicas tinham avisado os colegas suecos por e-mail quando eles sinalizaram uma suspensão da investigação. Comportamentos como este levaram o representante da ONU Nils Melzer a falar de uma "conspiração" pela qual as autoridades de três países (Suécia, EUA e Reino Unido) tentaram colocar Assange na prisão.

A meticulosa pesquisa de Nils Melzer levou agora ao facto de a sua reportagem sobre a "tortura psicológica" a que Assange foi sujeito na prisão, elaborada com dois médicos em Maio de 2019, estar agora a ser levada a sério, pelo menos por alguns jornalistas e políticos, de modo que nas últimas semanas, pela primeira vez em dez anos, o caso foi relatado a meio caminho de ser factual e já não difamatório. No entanto, o ultrajante assédio ao qual Julian Assange ainda está sujeito - "Ontem o meu cliente foi algemado 11 vezes, revistado nu duas vezes, colocado em cinco celas de espera diferentes e os seus papéis foram-lhe retirados", relatou o seu advogado Edward Fitzgerald no segundo dia - ainda não é um tema para a grande imprensa. O fato de que o poder mundial EUA e seus vassalos, que aparentemente só estão comprometidos com o Estado de Direito no papel, estão tomando tal ação inquisitorial contra um único jornalista, enquanto o denunciante Chelsea Manning ainda está preso por se recusar a testemunhar contra Assange perante um tribunal militar

secreto - mostra claramente que em 2020 a Idade Média com seus julgamentos heréticos e fogueiras ainda não terminou. Mesmo que os procuradores americanos queiram enviar Assange para Guantánamo "apenas" por 175 anos. Lá se vai o progresso e o Estado de direito no Ocidente dos "valores". O julgamento continuará em 18 de maio, até lá Julian Assange provavelmente ficará na prisão, de acordo com sua advogada Jennifer Robinson.

+++

Mathias Bröckers publicou mais recentemente "Don't Kill The Messenger - Freedom for Julian Assange" com Westendverlag. Ele blogs em [broeckers.com](http://broeckers.com)

+++

Obrigado ao autor pelo direito de publicar o artigo.

+++

Fonte da imagem: John Gomez / Shutterstock

+++

KenFM esforça-se por um amplo espectro de opiniões. Os artigos de opinião e as contribuições dos convidados não têm de reflectir a opinião da equipa editorial.

+++

Gostas do nosso programa? Informações sobre outras possibilidades de apoio aqui:

<https://kenfm.de/support/kenfm-unterstuetzen/>

+++

Agora você também pode nos apoiar com Bitcoins.



BitCoin endereço:18FpEnH1Dh83GXXGpRNqSoW5TL1z1PZgZK